



99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Cifras comparativas

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Instituição foi constituída em 10 de fevereiro de 2025 e teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 27 de novembro de 2024. Dessa forma, e considerando o descrito na referida Nota 2, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 não estão sendo apresentadas com os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2024 e de 30 de junho de 2024. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção



99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Assinado por: DANIEL NAVES MARTELETTO/0000972060
CPF: 06260872060
Data/Hora da Assinatura: 19 March 2026 | 17:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
Email: AC Contador RFB 05
1903058114034020

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras individuais
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração	2
Balanço patrimonial	3
Demonstração dos resultados	4
Demonstração dos resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais	
1. Contexto operacional	8
2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais	8
3. Principais políticas contábeis	9
4. Caixa e equivalentes de caixa	12
5. Títulos e valores mobiliários	12
6. Impostos a recuperar	12
7. Obrigações tributárias	13
8. Outras obrigações	13
9. Patrimônio Líquido	13
10. Receita da intermediação financeira	14
11. Despesas gerais e administrativas	14
12. Imposto de renda e contribuição social	14
13. Gerenciamento de riscos	14
14. Eventos subsequentes	16

Relatório da administração

A 99Pay SCD ("Instituição" ou "99Pay SCD") foi constituída em 10 de fevereiro de 2025, tendo sido seu funcionamento autorizado pelo BACEN em 27 de novembro de 2024. A criação da Companhia tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos usuários da 99 e da Instituição de Pagamento 99Pay, utilizando a sinergia das plataformas. A 99Pay SCD iniciou suas atividades operacionais em outubro de 2025.

A 99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Apresentamos abaixo seus principais números em relação ao exercício.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 76.433. No exercício, a Companhia recebeu o aporte de R\$ 70.000, assim tendo seu Capital Social aumentado para R\$ 75.000. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado do exercício foi de R\$ 1.433.

Ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 77.442 e total de passivo no montante de R\$ 1.009.

A Administração

São Paulo, 19 de março de 2026

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Circulante			Circulante		
Disponibilidades		4.047	Outras obrigações		1.009
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.047	Obrigações tributárias	7	785
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		72.703	Outras obrigações	8	224
Títulos e valores mobiliários	5	72.703			
Outros créditos		7			
Impostos a recuperar	6	685			
Total ativo circulante		77.442	Total passivo circulante		1.009
			Patrimônio líquido		
			Capital social	9	75.000
			Reserva Legal		1.433
			Total patrimônio líquido		76.433
Total do ativo		77.442	Total do passivo e patrimônio líquido		77.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos resultados
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e
Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

		2º Semestre 2025	Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Receitas operacionais		3.029	3.029
Receita líquida da intermediação financeira	10	3.029	3.029
Despesas operacionais		(832)	(886)
Despesas gerais e administrativas	11	(832)	(886)
Resultado operacional		2.197	2.143
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.197	2.143
IRPJ	12	(517)	(517)
CSLL	12	(193)	(193)
Lucro do semestre/período		1.487	1.433

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e
Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

	2º Semestre 2025	Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido do semestre/período	1.487	1.433
Resultado abrangente do semestre/período	1.487	1.433

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e
 Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
 Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva legal	Total
Saldo em 10 de fevereiro de 2025	-	-	-
Subscrição e integralização de capital	75.000	-	75.000
Reserva legal	-	1.433	1.433
Saldo em 31 de dezembro de 2025	75.000	1.433	76.433

	Capital Social	Reserva legal	Lucro/prejuízo acumulado	Total
Saldo em 30 de junho de 2025	5.000	-	(54)	4.946
Subscrição e integralização de capital	70.000	-	-	70.000
Lucro/prejuízo do período	-	-	1.487	1.487
Reserva legal	-	1.433	(1.433)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	75.000	1.433	-	76.433

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e

Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2º Semestre 2025	Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	2.197	2.143
Lucro líquido ajustado	2.197	2.143
Variação de ativos e passivos	(72.487)	(72.485)
Obrigações tributárias	76	76
Outras obrigações	221	223
Títulos e valores mobiliários	(72.703)	(72.703)
Outros créditos	(7)	(7)
Impostos a recuperar	(74)	(74)
Imposto de renda e contribuição social pagos no semestre/ período	(611)	(611)
Caixa aplicado pelas atividades operacionais	(70.901)	(70.953)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	70.000	75.000
Caixa gerado nas atividades de financiamento	70.000	75.000
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(901)	4.047
No início do semestre/período	4.948	-
No final do semestre/período	4.047	4.047
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(901)	4.047

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A 99PAY Sociedade de Crédito Direto S.A., (“99Pay SCD” ou “Instituição”), é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede e foro na Avenida Paulista, 1.912 – Andar 3, Sala 31 – CEP: 01310-924 – Bela Vista – São Paulo/SP, com registro na Junta Comercial sob o CNPJ 59.379.565/ 0001-74.

A Instituição tem por objeto, a realização de operações de empréstimos e financiamentos na modalidade Cédula de Crédito Bancário (CCB), exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio.

A 99Pay SCD foi constituída em 10 de fevereiro de 2025, tendo sido seu funcionamento autorizado pelo pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 27 de novembro de 2024.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela administração em 19 de Março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras da instituição estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Resolução CMN nº 4.924/21 - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Resolução CMN nº 4.924/21– CPC 01 (R1): Redução ao valor recuperável de ativos.

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa.;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1): Divulgação sobre partes relacionadas.;

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1): Pagamento baseado em ações;

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24: Evento subsequente;

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

Resolução CMN nº 4.967/21 – CPC 28: Propriedade para investimento;

Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1): Benefícios a empregados;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41: Resultado por ação;

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46: Mensuração do valor justo; e

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47: Receita de contrato com cliente.

Resolução CMN nº 4.966/21 – CPC 48: Instrumentos financeiros

Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06: Arrendamentos

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4966/21, alterada pela Resolução CMN nº 5100/23, o qual define novos critérios para instrumentos financeiros, incluindo classificação, mensuração e provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em complemento a essa resolução, foi publicada a Resolução BCB nº 352/23, o qual dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, taxa de juros efetiva, constituição de perdas associadas ao risco de crédito e divulgação de informações explicativas sobre instrumentos financeiros. As normas são aplicáveis às instituições financeiras e entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da instituição. Os valores estão arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial.

Os equivalentes de caixa são recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

(c) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao custo amortizado e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23.

(c.i) Classificação de ativos financeiros

- Custo amortizado: são os ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e estes constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;
- Valor justo em outros resultados abrangentes: são os ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas
- Valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.ii) Classificação de passivos financeiros

- **Custo amortizado**

Por definição, os passivos financeiros da Instituição serão classificados ao custo amortizado, conforme Resolução 352/23;

- **Valor justo no resultado**

Na exceção de classificação ao custo amortizado (CA), são incluídos derivativos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

(c.iii) Reconhecimento inicial

O reconhecimento inicial de um instrumento financeiro é o processo contábil pelo qual a instituição inclui pela primeira vez um ativo ou passivo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, um instrumento financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação. Conforme estabelece a Resolução BCB 352/23, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- Ativos financeiros - devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origem do instrumento; e
- Passivos financeiros - devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

(c.iv) Mensuração subsequente

- Custo Amortizado (CA): ativos e passivos financeiros são mensurados por seus valores iniciais mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros são mensurados por seus valores iniciais mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros e as alterações no valor justo. As alterações no valor justo são refletidas diretamente no patrimônio líquido, chamada outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários
- Valor Justo no Resultado (VJR): compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução BCB 352/23, os juros e variações monetárias e cambiais incidentes sobre instrumentos financeiros são registrados no resultado do período.

(d) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25), da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

(f) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para a contribuição social foi constituída a alíquota de 9%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias, quando aplicável, são constituídos de acordo com as alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo, considerando as suas perspectivas de recuperação e são registrados no ativo não circulante.

(g) Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas diretas e indiretas são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20. Essas operações são realizadas em condições compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou usuais de mercado, tais como valores, prazos e taxas vigentes nas datas das operações e das suas liquidações.

(h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2025
Disponibilidades - em moeda nacional (a)	4.047
Total	4.047

(a) Compreendem substancialmente, contas correntes detidas junto aos Bancos Itaú, BTG e Banco do Brasil.

5. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação da carteira

	2025
Vinculados a prestação de garantias	Valor de mercado
Aplicações em Tesouro Selic – LFT	72.703
Total	72.703

Os títulos públicos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos diariamente dos rendimentos incorridos (“curva”) até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado.

6. Impostos a recuperar

	2025
IRPJ recolhido por estimativa	445
CSLL recolhido por estimativa	166
IRRF retido sobre aplicações financeiras	74
Total	685

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Obrigações tributárias

	2025
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	710
Provisão IRPJ	517
Provisão CSLL	193
Outros	75
Demais impostos	75
Total	785

8. Outras obrigações

	2025
Fornecedores	193
Outros	31
Total	224

9. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios, é representado por 75.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dispostas conforme quadro a seguir:

		2025
Sócios	Percentual	Valor
No Brasil		
99PAY S.A.	100%	75.000
Total	100%	75.000

Parcela inicial do capital no montante de R\$ 5.000 foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, subscrita e integralizada em 22 de fevereiro de 2025. Adicionalmente a parcela no montante de R\$ 70.000 foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, subscrita e integralizada em 18 de novembro de 2025.

Reserva legal

Conforme estabelecido pela Lei nº 6.404/76, em seu artigo 193, e pelo seu estatuto, a Instituição poderá constituir a reserva legal em 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social

Dividendos

A administração decidiu em assembleia, pela constituição do lucro líquido de R\$ 1.443, referente ao período de 10 de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro 2025, como Reserva Legal.

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Receita da intermediação financeira

	2º Semestre 2025	Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Receita de aplicações em títulos e valores mobiliários – Títulos públicos	2.957	2.957
Receita de operações compromissadas	70	70
Rendas com empréstimos	2	2
Total	3.029	3.029

11. Despesas gerais e administrativas

	2º Semestre 2025	Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Serviços de auditoria e consultoria	488	542
Processamento de cartão e agenciamento	179	179
Outras despesas	142	142
Serviços de terceiros	23	23
Total	832	886

12. Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2025	Período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Lucro/prejuízo antes do IRPJ e CSLL s/ lucro	2.196	2.143
Adições permanentes e temporárias	-	-
Exclusões permanentes	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	2.196	2.143
IRPJ	517	517
CSLL	193	193

13. Gerenciamento de riscos

A instituição implantou a sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores.

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I. Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos. A Instituição possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que prevê limites para a realização de operações sujeita ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos

II. Risco de Liquidez

É o risco de a Instituição não ser capaz de: i) honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos. Em caso de necessidade, a Companhia pode recorrer à linhas de crédito pré-aprovadas em instituições parceiras para obtenção de empréstimo de longo prazo, e também pode ser feito também controle de antecipação de recebíveis, junto às adquirentes que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. A Instituição busca proteção utilizando os mesmos índices para seus contratos de ativos e passivos mitigando os riscos inerentes da volatilidade das taxas.

III. Risco de Mercado

O nível aceitável de risco de variação das taxas de juros é baseado nas características das exposições, e leva em conta a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e representatividade. Os limites são estabelecidos com intuito de refletir o apetite ao risco e garantir que a exposição esteja alinhada aos objetivos estratégicos da Instituição.

Os índices e fatores de influência em gestão do risco de mercado são avaliados e monitorados para garantir aderência aos limites estabelecidos.

Visando o cumprimento da legislação atual, são enviados relatórios à Diretoria para acompanhamento e tomada de decisão de acordo com as necessidades das posições existentes.

IV. Risco Operacional

É a possibilidade de perdas resultantes de eventos relacionados a: i) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento, ii) falhas na identificação e/ou autenticação do usuário final, iii) falhas na autenticação das transações de pagamento, iv) fraudes internas e externas, v) práticas inadequadas relativas a usuários e serviços de pagamento etc.

A Instituição desenvolveu ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de divulgação.

O gerenciamento de risco operacional é essencial em todas as suas atividades, sendo utilizado com o objetivo de agregar valor ao negócio.

99Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Eventos subsequentes

A 99Pay SCD, não identificou eventos após 31 de dezembro de 2025 que se classifiquem como eventos subsequentes.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 4981785E-6E97-44C0-8001-1F7372B9CFCC

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: REL99PAYSCD25.DEZ.pdf, DF 99Pay SCD_Dezembro2025.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 21

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Jonny Lopes

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

jonny.lopes@pwc.com

IP Address: 201.44.251.133

Record Tracking

Status: Original

19 March 2026 | 17:47

Holder: Jonny Lopes

jonny.lopes@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

19 March 2026 | 17:52

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Daniel Marteletto

daniel.marteletto@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC Certisign RFB G5

Subject: CN=DANIEL NAVES MARTELETTO:06260972660

Signature

Signed by:

B85C2D581A8C4CD...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 34.100.9.85

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Timestamp

Sent: 19 March 2026 | 17:48

Viewed: 19 March 2026 | 17:50

Signed: 19 March 2026 | 17:52

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Jonny Lopes jonny.lopes@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 19 March 2026 17:52 Viewed: 19 March 2026 17:52 Signed: 19 March 2026 17:52

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	19 March 2026 17:48
Certified Delivered	Security Checked	19 March 2026 17:50
Signing Complete	Security Checked	19 March 2026 17:52
Completed	Security Checked	19 March 2026 17:52

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------